



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 – Fone/Fax: (45) 3257- 1268 CEP 85988-00 – Entre Rios do Oeste

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
Secretaria de Assistência Social
Processo Administrativo nº 05.09/2024

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem como objetivo a contratação de empresa para custeio de despesas de passeios turísticos para o público atendido pela Política de Assistência Social, através do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no respectivo Edital.

1.1.1. O contrato terá prazo de validade até dia 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, conforme Art. 84 da Lei 14.133 de 2021.

1.1.2. Redução Mínima: 0,10% (zero vírgula dez por cento) do valor do item.

1.1.3. A Licitação será realizada em 01 (um) lote, composto por 03 (três itens), que engloba todos os itens e serviços necessários para a realização dos passeios.

1.1.4. O presente processo licitatório é destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00.

1.1.4.1. Conforme orientação do TCE/PR, é fundamental que os municípios garantam que a fiscalização das atividades desempenhadas pelos pequenos negócios tenha caráter eminentemente pedagógico. Portanto, antes de ser imposto qualquer tipo de penalidade devido a alguma infração, a administração pública deve sempre efetuar a dupla visita para averiguar se a situação irregular foi corrigida.

1.1.4.2. Todas essas orientações estão presentes no Manual de Licitações da Corte de Contas Paranaense, cuja terceira edição foi lançada recentemente, bem como em decisões tomadas pelo Tribunal Pleno do TCE-PR sobre o tema em sede de Consulta ao longo dos últimos anos, a exemplo dos acórdãos nº 877/16, 2159/18 e 2122/19.

1.1.5. O Município de Entre Rios do Oeste não se responsabilizará por prejuízos financeiros resultantes de uma expectativa da prestação de serviços, não cabendo por parte dos licitantes qualquer recurso;

1.1.6. Será desclassificada a proposta que não contiver a descrição precisa do bem ofertado equivalente à do bem solicitado neste Edital.

2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

2.1. O objeto a ser contratado atende a classificação de bem de consumo comum, por se tratarem de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e com base nos levantamentos realizados, conclui-se que a solução para atender o objeto deste estudo é a realização de processo licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, em sua forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição dos serviços deverá ser feita de acordo com as necessidades da municipalidade e de acordo com a disponibilidade financeira.

3.2. As datas para realização dos serviços serão acordadas entre a Secretaria de Assistência Social e a empresa vencedora do certame.

3.3. Os serviços deverão estar disponíveis de acordo com a necessidade da municipalidade, nos dias pré-definidos e indicados na nota de empenho emitida, a qual conterá o descritivo e as quantidades necessárias de cada item/serviço.

3.4. O contratado deverá comunicar à Administração na pessoa do Gestor de Contrato ou Ordenador solicitante, com no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da utilização dos itens e serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

3.5. Os serviços serão supervisionados pelo(a) responsável pela fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Constatado que o serviço não atende as especificações estipuladas neste processo, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à contratada, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a.

3.7. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca do objeto recusado, o órgão solicitante dará ciência à Gestão de Contratos, através de Comunicação Interna – C.I., a fim de que se proceda a abertura de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 – Fone/Fax: (45) 3257- 1268 CEP 85988-00 – Entre Rios do Oeste

processo de penalidade contra a contratada, de acordo com as normas contidas na Lei 14.133/21 e alterações posteriores, para aplicação das penalidades previstas no Edital.

3.8. Os serviços serão aceitos definitivamente e pagos após o aceite pelo responsável no verso da nota fiscal, após a realização dos passeios nos locais turísticos descritos no termo de referência e na proposta.

3.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

3.10. Após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal será encaminhada para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa contratada.

3.11. Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos serviços licitados.

3.12. O contratado deverá responsabilizar-se por todos os custos para o cumprimento da prestação obrigacional, incluindo mão-de-obra, seguros, encargos sociais, tributos, transporte e outras despesas necessárias para o fornecimento do objeto do Contrato.

3.13. O contratado deverá entregar a nota fiscal eletrônica obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, através do Certificado de Registro Cadastral – CRC do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema deverá vir acompanhada das certidões negativas Federal (conjunta Tributos federais e INSS), Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação para regularidade fiscal e trabalhista, devendo discriminar na nota fiscal os descontos como INSS, ISS (se for o caso) e Imposto de Renda conforme Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023 e Decreto Municipal nº 154 de 24 de agosto de 2023 e demais legislações.

3.14. O Município fica desobrigado da execução total do objeto, caso não haja a real necessidade de consumo do mesmo.

3.15. A empresa vencedora deverá obrigatoriamente possuir cadastro dos serviços a serem contratados no CADASTUR (www.cadastur.turismo.gov.br), conforme consta no Artigo 4º da Deliberação 024/2023 do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/PR.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da Contratante:

4.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

4.1.2. Utilizar os serviços no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

4.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto desse estudo, executado em desacordo com o mesmo, bem como contrato respectivo.

4.1.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

4.1.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos itens e/ou serviços fornecidos, para que seja substituído mesmo após a execução do objeto.

4.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

4.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

4.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A contratada obriga-se a:

5.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.1.2. Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

5.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data previamente agendada, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.1.4. Emitir nota fiscal, na qual deverão constar as indicações referentes a: descrição do serviço entregue, quantidade e valor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 – Fone/Fax: (45) 3257- 1268 CEP 85988-00 – Entre Rios do Oeste

5.1.5. A contratada deverá responsabilizar-se por todos os custos para o cumprimento da prestação obrigacional, incluindo mão-de-obra, seguros, encargos sociais, tributos, transporte e outras despesas necessárias para o fornecimento do objeto do Contrato.

5.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.1.8. Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidade ou subcontratações não autorizadas pelo Município.

5.1.9. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Entre Rios do Oeste, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.

5.1.10. Comunicar por escrito ao Município de Entre Rios do Oeste qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

5.1.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

5.1.12. Garantir a qualidade dos serviços, obrigando-se a refazer ou substituir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

5.1.13. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

5.1.14. A nota fiscal deve vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pelo INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TST e da Certidão Negativa de Débitos Estaduais.

6. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

6.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2. Habilitação jurídica:

6.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

6.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

6.2.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

6.2.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

6.2.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

6.3. Regularidade fiscal e trabalhista:

6.3.1. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 – Fone/Fax: (45) 3257- 1268 CEP 85988-00 – Entre Rios do Oeste

inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.3.2. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.3.3. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.3.4. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.3.5. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.3.6. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.3.7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

6.3.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

6.4. Qualificação Econômico-Financeira.

6.4.1. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6.5. Em todas as fases da licitação, quando não mencionado o prazo de validade das certidões, procurações, ou outro documento necessário, será considerado válido o documento emitido até 90 (noventa) dias, a contar da data da emissão, excetuados os documentos com prazo de vigência indeterminado.

6.5. Qualificação Técnica

6.5.1. A empresa deverá apresentar comprovante de cadastro no CADASTUR (www.cadastur.turismo.gov.br), conforme consta no Artigo 4º da Deliberação 024/2023 do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/PR.

7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.4. A fiscalização caberá a Sra. Laiara Weschenfelder como titular, e como substituto o Sr. Rafael Lobo de Souza, Coordenador do Centro de Referência de Assistência Social, ambos lotados na Secretaria de Assistência Social.

7.5. A gestora deste contrato será a Sra. Silvana Rosilei Kolling Hister, nomeada pela Portaria Municipal nº 34/2021, lotada na Secretaria de Finanças.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da instituição para adoção de providências que devam ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 – Fone/Fax: (45) 3257- 1268 CEP 85988-00 – Entre Rios do Oeste

cumpridas de imediato.

8.4. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo gestor do contrato designado.

9. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

A contratada e a contratante devem observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

- a) **Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **Prática fraudulenta:** falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **Prática colusiva:** esquematizar ou estabelecer acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitante, visando a estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) **Prática coercitiva:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **Prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de qualquer das práticas acima; e praticar atos com a intenção de impedir materialmente o exercício do direito de inspeção para apuração de qualquer das práticas acima.
- f) **Prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de qualquer das práticas acima; e praticar atos com a intenção de impedir materialmente o exercício do direito de inspeção para apuração de qualquer das práticas acima.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. O contratado deverá entregar a nota fiscal eletrônica obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, através do Certificado de Registro Cadastral – CRC do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema deverá vir acompanhada das certidões negativas Federal (conjunta Tributos federais e INSS), Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação para regularidade fiscal e trabalhista, devendo discriminar na nota fiscal os descontos como INSS, ISS (se for o caso) e Imposto de Renda conforme Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023 e Decreto Municipal nº 154 de 24 de agosto de 2023 e demais legislações.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 – Fone/Fax: (45) 3257- 1268 CEP 85988-00 – Entre Rios do Oeste

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As sanções administrativas serão executadas conforme os termos da Lei nº 14.133/21 e posteriores atualizações, e conforme minuta de contrato padrão desta municipalidade.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1. O valor estimado para contratação é de R\$ 26.334,00 (vinte e seis mil trezentos e trinta e quatro reais)

Lote 01 – Passeios SCFV

| ITEM | CÓDIGO IPM | CATSERV | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT | VALOR TOTAL |
|------|------------|---------|---|-------------------|-------|-------------|
| 01 | 57149 | 9920 | Passeios Turísticos para o público: Pessoa com deficiência e crianças e adolescentes de 07 a 14 anos atendidos através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS como forma de valorização e garantia da convivência comunitária a todos os usuários da Política de Assistência Social. Está incluso neste serviço: - 30 ingressos para passeio no Parque das aves, com duração mínima de 01h e média de 03h.; | Serviço | 01 | 4.850,00 |

| | | | | | | |
|-------|-------|------|---|---------|----|-----------|
| | | | <ul style="list-style-type: none"> - 30 ingressos para passeio na Roda Gigante, com duração de 20 minutos dentro da Roda Gigante; - 30 almoços em forma de buffet livre, tendo variedades de saladas, comidas quentes e carnes, estando incluso no almoço 01 bebida não alcoólica; - 01 guia turístico para 01 dia para acompanhar os grupos que estarão realizando o passeio turístico na cidade de Foz do Iguaçu-PR, este guia acompanhará os usuários em todos os passeios programados (Parque das aves, Roda gigante, templo budista e almoço.) | | | |
| 02 | 57150 | 9920 | <p>Passeios Turísticos para o público: Adultos e crianças de 0 a 6 anos e seus familiares atendidos através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS como forma de valorização e garantia da convivência comunitária a todos os usuários da Política de Assistência Social.</p> <p>Está incluso neste serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 44 ingressos para passeio no Parque das aves, com duração mínima de 01h e média de 03h., sendo 12 ingressos para crianças de 0 a 6 anos e 32 ingressos adultos. - 44 ingressos para passeio na Roda Gigante, com duração de 20 minutos dentro da Roda Gigante, sendo 12 ingressos para crianças de 0 a 6 anos e 32 ingressos adultos. - 44 almoços em forma de buffet livre, tendo variedades de saladas, comidas quentes e carnes, estando incluso no almoço 01 bebida não alcoólica, sendo 12 almoços para crianças de 0 a 6 anos e 32 almoços para adultos. - 01 guia turístico para 01 dia para acompanhar os grupos que estarão realizando o passeio turístico na cidade de Foz do Iguaçu-PR, este guia acompanhará os usuários em todos os passeios programados (Parque das aves, Roda gigante, templo budista e almoço.) | Serviço | 01 | 9.160,00 |
| 03 | 57151 | 9920 | <p>Passeios Turísticos para o público: Idosos atendidos através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS como forma de valorização e garantia da convivência comunitária a todos os usuários da Política de Assistência Social.</p> <p>Está incluso neste serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 22 ingressos para passeio no Parque das aves, com duração mínima de 01h e média de 03h., sendo: 5 ingressos para público não idoso e 17 para público idoso. - 22 ingressos para passeio nas Cataratas do Iguaçu, com duração do passeio em média de 04h., sendo: 5 ingressos para público não idoso e 17 para público idoso. - 22 ingressos para passeio na Roda Gigante, com duração de 20 minutos dentro da Roda Gigante, sendo: 5 ingressos para público não idoso e 17 para público idoso. - 44 almoços em forma de buffet livre, tendo variedades de saladas, comidas quentes e carnes, estando incluso no almoço 01 bebida não alcoólica; - 22 jantares podendo variar entre buffet livre, pizzas, lanches, porções e demais variações. Incluso no jantar 01 bebida não alcoólica; - 01 guia turístico para 02 dias, para acompanhar os grupos que estarão realizando o passeio turístico na cidade de Foz do Iguaçu-PR. <u>O passeio para os idosos terá duração de 02 dias consecutivos.</u> O guia acompanhará os usuários em todos os passeios programados (Parque das aves, Cataratas do Iguaçu, Roda gigante, templo budista, 02 almoços e 01 jantar. O guia será responsável pela organização e toda logística dos passeios, alimentações e hospedagem). - 22 hospedagens para o grupo de idosos, sendo 01 pernoite com café da manhã incluso, em quartos duplos, exceto em cama beliche. Todos os ambientes do hotel devem ter acessibilidade. | Serviço | 01 | 12.324,00 |
| Total | | | | | | 26.334,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE
Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 – Fone/Fax: (45) 3257- 1268 CEP 85988-00 – Entre Rios do Oeste

HAVENDO QUALQUER DISCORDÂNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO DO CATSERV E A DO EDITAL, PREVALECERÁ A DESCRIÇÃO CONSTATANTE NO EDITAL

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

| Dotação | Órgão | Unidade | Ação | Elemento | Vínculo | Ano |
|---------|-------|---------|------|----------|---------|------|
| 1033 | 09 | 02 | 2072 | 3339039 | 1505 | 2024 |
| 1419 | 09 | 04 | 2166 | 3339039 | 3962 | 2024 |

Município de Entre Rios do Oeste, 02 de abril de 2024.

Laiara Weschenfelder
Secretária de Assistência Social

Ari Aloisio Maldaner
Prefeito